



Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

Impresso Especial

665/2001-DR/BSB
Sindjus-DF

/// CORREIOS ///

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no DF

Ano XV - Nº 33 - Julho de 2006



Agosto - mês de mobilização para aprovar o PCS

Greve
vitória em 44 dias
Págs. 6,7,8,9

PCC
violência versus cidadania
Págs. 12, 13

Brasil
novos valores
Págs. 18,19



Foto e texto TT Catalão

LIÇÕES DE UMA COPA BIG BROTHER

Para os trabalhadores esta melancólica participação da “seleção favorita” da copa é um documento fiel do quanto uma equipe não brota como magia de diversas individualidades. Mesmo que estas individualidades sejam exemplares como talento e fama.

Em nossa luta sindical praticamos a força do conjunto para que cada pessoa compartilhe o seu melhor e, nessa troca permanente, todos cresçam a partir do esforço de cada um.

Não foi isto o que recebemos da seleção brasileira. Em uma Copa exacerbada na cobertura comercial a celebridade valia mais que o desempenho na vida real. O grau de exposição dos jogadores chegou ao máximo da banalidade. A “notícia” quase sempre foi sacrificada, apenas para colocar no ar qualquer coisa ao fundo - mesmo enfadonhos e inexpressivos exercícios de alongamento

- para justificar os patrocínios. Chegou-se a comentar que a cobertura de cobrança de faltas em treinamento era, na verdade, cobrança pela falta de assunto.

E deu no que deu. E ficou provado que um Zidane cai duas vezes, como raio, em um mesmo lugar. E que as lamentáveis desculpas não foram tanto pela derrota, mas pela apatia e desinteresse na busca de uma vitória. As derrotas podem ser honrosas. Sabemos disso em todo o processo de luta. Sabemos que a vitória é uma construção árdua fruto de constância no caminho e consistência nos argumentos para que, mesmo livres em cada individualidade, jamais percamos o foco na conquista coletiva.

É assim que vencemos. E quando não atingimos inteiramente nossos objetivos, temos a certeza de que luta não faltou e o avanço se fez presente nos preparando para o passo seguinte, mais fortes e mais solidários.



SINDJUS-DF

SDS Ed. Venâncio V Bl. R
Salas 108 a 114
CEP 70393-900 – Brasília – DF
PABX (61) 3224 - 9392
www.sindjusdf.org.br

Coordenadores gerais

Ana Paula Barbosa Cusinato (MPDFT)
Roberto Policarpo Fagundes (TRT)
Wilson Batista de Araújo (TRE/DF)

Coordenadores de Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)
Clede de Oliveira Vieira (TRT)
Jailton Mangueira de Assis (TJDF)

Coordenadores de Assuntos Jurídicos e Trabalhistas

Eliza de Sousa Santos Ávila (STF)
José Oliveira Silva (TJDF)
Newton José Cunha Brum (TST)

Coordenadores de Formação e Relações Sindicais

Carlos Alberto de Araújo Costa (TJDF)
Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)
Raimundo Nonato da Silva (STM)

Coordenadores de Comunicação, Cultura e Lazer

Orlando Noleto Costa (TSE)
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDF)
Valdir Nunes Ferreira (MPF)

Redator responsável

TT Catalão
Reg. Prof. 685-DF

Assistente

Cynthia de Lacerda Borges

Projeto Gráfico

EXTREMA
3033-5255

Tiragem

10.000 exemplares

PCS - prossegue a luta pela aprovação final do projeto

A conquista do PCS do Judiciário - com a aprovação do PL 5845/05 pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) e o desfecho das negociações com o governo quanto à parte orçamentária para implementação do plano - é resultado de grande esforço feito nos últimos meses pela categoria. Representa uma vitória, com certeza. No entanto, a pauta travada no Congresso Nacional nos impõe mais um desafio: pressionar os parlamentares para que votem o projeto antes das eleições. Nossa Federação organizará caravanas que virão de todos os Estados nos primeiros dias de agosto para Brasília. Vamos dar, então, continuidade às mobilizações nesta reta final.

Os servidores já provaram, ao longo de 44 dias de greve e atos públicos, que além da confiança no sindicato, possuem espírito de luta para fazer valer seus anseios e reivindicar o PCS. Para comemorar essa etapa já conquistada e ao mesmo tempo oferecer aos associados uma lembrança histórica de tal período, o Sindjus publica nesta edição, retrospectiva detalhada com todos os passos do movimento.

Da mesma forma, também estão sendo envidados esforços para aprovar rapidamente o projeto do PCS do MPU (PL 6469/05), que tramita atualmente na CCJ da Câmara. A intenção do sindicato é fazer com que os dois projetos sejam aprovados em sua totalidade até o final de agosto.

Os PCSs são uma forma de valorizar os servidores, mas a valorização passa também por campanha nacional que pleiteia um Brasil mais transparente e eficiente nos serviços oferecidos à população. Intitulada "Movimento Nacional em Defesa do Estado Brasileiro" a campanha tem como principais paradigmas, moralização e profissionalização do serviço público, com redução de cargos de indicação político-partidárias e de serviços de terceirização, aumento do número de concursados, melhoria salarial e estímulo a cursos e treinamentos para os servidores.

Tamanha articulação faz parte de uma outra visão que os sindicatos devem ter, além da mera defesa dos direitos das categorias que defendem. Um trabalho mais atento aos movimentos sociais e ao desenvolvimento de ações que repercutam na vida do país como um todo.

Dentro deste sentimento, diante da preocupação da sociedade com as manifestações de extrema violência que vêm sendo observados desde maio nas grandes cidades brasileiras - e em especial nas últimas semanas em São Paulo -, com ataques a ônibus urbanos, assassinatos de policiais e outras atitudes semelhantes, o sindicato foi ouvir de perto analistas políticos, sociólogos e até filósofos para discutir como o tema deve ser abordado pelos governos Federal, estaduais e municipais. E, também, como o comportamento dos próprios cidadãos pode interferir neste encadeamento de ações.

Mas não é apenas isso que trata esta edição da revista do Sindjus. Desde junho até poucas semanas atrás, a Copa do Mundo - embora com um final decepcionante para nós - fez o Brasil parar mais uma vez para acompanhar uma manifestação social que, por aqui, representa mais que um campeonato: a união de toda a nação, a partir de sentimentos profundos de brasilidade. O sonho da vitória ficou mais distante, mas o sentido mágico que a Copa provoca certamente será repetido dentro de quatro anos. Assim como se repete o entusiasmo e espírito de luta do povo brasileiro, que acredita e procura, na contramão das cenas barbarizantes observadas nos últimos tempos, fazer a cada dia sua parte, com a consciência de que no cumprimento do seu papel estará contribuindo para um Brasil mais justo e mais digno para todos nós.



José Geraldo de Souza Junior

Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB, coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

Negociar com facção criminosa?

Após os acontecimentos de São Paulo, em que as reações se mostraram perplexas, as primeiras respostas, políticas e legislativas, se resumiram às habituais alternativas repressivas em suas variantes criminalizadoras.

É certo que entre as análises de fundo e de causa, também apareceram as que chamam a questão da segu-

rança para o campo de revisão de seus paradigmas numa sociedade democrática, desmilitarizada e que aceite discutir a passagem de um sistema repressivo para um modelo restitutivo de juridicidade e sobretudo, que é preciso agir não só no campo criminal, mas também no campo social.

Mas o que mais chama a atenção é a abordagem que localiza nos protagonismos dos atores que se destacaram no processo de crise desencadeada uma certa subjetividade que atribuiria algum grau de legitimidade para uma interlocução possível entre eles.

Uma conceituada revista de circulação mensal lançou edição extra com matérias que dariam sustentação ao reconhecimento de caráter político à construção do PCC, designando uma história externa de confronto com o estado por melhores condições carcerárias e uma história interna cheia de vítimas na luta pelo poder.

Este tipo de interpretação abre ensejo para por em relevo um aspecto pouco analisado a partir dos acontecimentos. Teria o governo negociado com o PCC? Há na política espaço ético para negociar com facção criminosa?

A mesma revista que atribui sentido político a atuação da organização do PCC publicou na sua edição extra um atribuído estatuto da or-

ganização, que é arrematado com um claro apelo político: "Conhecemos a nossa força e a força de nossos inimigos. Poderosos, mas estamos preparados, unidos e um povo unido jamais será vencido. LIBERDADE, JUSTIÇA E PAZ!!!". Aliás, essas inscrições apareceram em cartazes toscos em várias cenas captadas por jornais e televisões. Antes que se possa responder à questão colocada com base na determinação teórica da legitimidade política de uma facção criminosa, um olhar ficcional sobre o mesmo tema pode abrir perspectivas inesperadas.

Em seu último livro, no qual leva ao limite as circunstâncias que derivam das intermitências da morte, o prêmio Nobel José Saramago trabalha a situação difícil na qual um governo, numa ficção narrativa, põe em causa ter que negociar com facção criminosa. Deparando-se com a possibilidade de abrir interlocução com emissários de associação de delinquentes, o Estado, que "não faz acordos com máfias", pelo menos não "em papéis com assinaturas reconhecidas por notário", se vê na contingência de estabelecer acordo de cavalheiros, para ceder sem que pareça ter cedido, até chegar ao ponto inexorável de não poder oferecer alternativas credíveis e ser forçado a avançar num terreno moralmente cedível, diz Saramago, quando

o pragmatismo toma conta da batuta e dirige o concerto sem atender ao que está escrito na pauta. Nesta situação, avalia o escritor, o mais certo é que a lógica imperativa do aviltamento venha a demonstrar, afinal, que há ainda degraus éticos a descer.

A ficção parece antecipar aquilo que a teoria tenta explicar. A legitimidade de interlocução que atribuiu aos movimentos sociais um protagonismo apto a postular direitos e a designá-los politicamente pressupõe mais que a organização e a revolta. Ela pressupõe um sentido emancipatório para a ação. Pressupõe, para aludir ao que indica Boaventura de Sousa Santos, uma disposição solidária para romper o círculo egoísta do fascismo social e uma determinação para ingressar num campo experimental de novo estatuto comunitário no qual os direitos possam se realizar, não como apropriação possessiva, mas como a enunciação dos princípios de uma legítima organização social da liberdade.

Uma facção criminosa não é um movimento social. Porém, é fundamental afirmar: pertencendo ou não a organizações criminosas, os presos, em sua condição de exclusão, conservam uma reserva inalienável de cidadania, que deve encontrar formas de reconhecimento e de exercício.

A ficção parece antecipar aquilo que a teoria tenta explicar. A legitimidade de interlocução que atribuiu aos movimentos sociais um protagonismo apto a postular direitos e a designá-los politicamente pressupõe mais que a organização e a revolta.



Servidores do Judiciário movimentam a Esplanada dos Ministérios durante passeata pelo PCS realizada no dia 21/06

PCS NA RETA FINAL

SERVIDORES CONTINUAM CONCENTRADOS NA APROVAÇÃO DOS DOIS PLANOS

Agosto não será apenas o mês de esforço concentrado dos parlamentares no Congresso. Será, muito mais, mês de mobilização dos servidores do Judiciário e do MPU, que vão dedicar todo o seu foco nas últimas etapas que faltam para a conquista definitiva dos dois PCSs.

No caso do PCS do Judiciário, depois de 44 dias de greve, vários atos públicos, piquetes, mobilizações no Congresso e passeatas, os servidores conseguiram aprovar o projeto nas comissões de Finanças e de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. Foram vitoriosos, também, no encerramento da discussão do Judiciário com o governo sobre a questão orçamentária para implementação do plano.

Já no caso do PCS do MPU, o projeto tramita na CCJ. A intenção do Sindjus é fazer com que os dois textos sejam votados em definitivo até o final de agosto.

Por isso, agora é a vez da categoria conti-

nuar o movimento com força total para fazer com que a pauta da Câmara seja destrancada rapidamente.

Grupos de caravanas estão sendo organizadas por servidores do Judiciário e do MPU de todo o país para chegar em Brasília nos dias 1 e 2 do próximo mês, onde será realizada grande mobilização. Enquanto isso, continuamos mantendo a pressão junto aos deputados aqui no Distrito Federal e também nos estados, para que as votações dos dois planos tenham continuidade.

A participação de todos neste período, mais do que nunca, é fundamental, uma vez que se tratam dos últimos momentos que permitirão a aprovação dos PCSs. Trata-se da reta final, também, de uma luta que tem sido marcado pela dignidade e pelo sentimento de união e coerência com o pleito reivindicado pelos servidores.

No caso do PCS do Judiciário, a mobilização que foi observada nos últimos meses se

iniciou em março, a partir da realização de assembléias setoriais em todos os locais de trabalho para discussão do tema entre dirigentes do Sindjus, delegados sindicais e os servidores.

O PCS do MPU chegou depois ao Congresso, mas também teve todas as suas etapas acompanhadas de perto pela categoria.

A GREVE DO JUDICIÁRIO

Veja, nas próximas páginas, uma retrospectiva da paralisação que movimentou o Judiciário nos últimos meses e que se revelou organizada, com número de adesões ampliado a cada dia, bem articulada e, por isso, bem sucedida. Com bom respaldo por parte dos próprios tribunais e da sociedade de um modo geral.

É por causa de toda essa mobilização que, agora, falta bem pouco para a vitória final. E, graças ao empenho da categoria, um grande caminho já foi percorrido, com êxito e responsabilidade.

CAMINHOS QUE LEVARAM AO PCS DO JUDICIÁRIO

Período entre 13 e 29/03: ASSEMBLÉIAS SETORIAIS – O Sindjus realiza assembleias setoriais com os servidores em todos os locais de trabalho para discutir a estratégia a ser utilizada pela categoria para a aprovação do PCS. Também são organizadas idas dos servidores ao Congresso para pressionar os parlamentares.

Sexta-feira, 07/04: REUNIÃO COM DELEGADOS SINDICAIS – Na reunião, é tirada a proposta de 48h de paralisação nos dias 26 e 27 de abril, com avaliação do movimento no dia 27.

Sexta-feira, 07/04: INSERÇÃO DE COMERCIAIS – A partir do indicativo de greve de 48h, o Sindjus passa a veicular comerciais em rádios e TVs, para chamar os servidores para a assembleia que aprovou as 48h.

Segunda-feira, 24/04: SÓ PROMESSAS – As iniciativas do Judiciário, de atuar como interlocutor nas negociações com o Executivo e o Legislativo sobre a questão orçamentária da proposta de PCS, encontram-se praticamente paradas e baseadas apenas em promessas. Na Câmara, por sua vez, a Comissão de Finanças e Tributação, onde se encontra o PL 5845/05, continua sem incluir a matéria na pauta.

deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA). Moreira Franco promete incluir o PCS na pauta da próxima reunião da comissão. Já Geddel, reafirma sua posição favorável ao projeto e diz que está próximo de concluir o seu relatório.

Quarta-feira, 26/04: ATO PÚBLICO NO CONGRESSO – À tarde, os servidores realizam ato público, em frente à Câmara dos Deputados. De lá, seguem em passeata até a sede do STF, onde chegam por volta das 16h chamando a atenção de parlamentares, ministros e até mesmo transeuntes que circulam diariamente entre o anexo IV da Câmara e a Praça dos Três Poderes. A manifestação mostra a força de uma categoria empenhada na aprovação do seu PCS.

Quarta-feira, 26/04: EMPOLGAÇÃO E PROTESTO – Em todos os lugares por onde passam os servidores do Judiciário, o clima observado é de empolgação com o movimento, com pessoas empunhando bandeiras, adesivos e faixas. E os resultados já começam a ser observados, num ambiente favorável ao projeto.

Quarta-feira, 26/04: APOIO DE MAGISTRADOS – Na paralisação de 48h os servidores das Varas Trabalhistas cruzam os braços e, como consequência, as audiências são suspensas. A Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região, Amatra X, se solidariza com o movimento de paralisação dos servidores do Judiciário.



Terça-feira, 25/04: ASSEMBLÉIA DOS SERVIDORES – Os servidores do Judiciário aprovam, em assembleia geral, a paralisação de 48h pela aprovação do PCS a partir das 7h do dia seguinte (quarta-feira, 26/04) até a próxima quinta-feira (27/04). O sindicato manda veicular novo comercial na TV alertando a sociedade para o fato de que, caso o PCS não seja aprovado, o Judiciário vai parar por tempo indeterminado.

Terça-feira, 25/04: PRIMEIRA REUNIÃO DO JUDICIÁRIO – Neste mesmo dia, pouco depois da assembleia, o Judiciário começa a se mexer. O diretor-geral do STF se reúne com o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, para discutir o PL 5845/05 e negociar a suplementação orçamentária necessária para cobrir os custos de implantação do PCS.

Quarta-feira, 26/04: COMEÇA A PARALISAÇÃO – Os servidores se concentram estrategicamente em seus locais de trabalho, durante o período da manhã, realizando piquetes e postando faixas e cartazes sobre o PCS. Segundo balanço da greve, cerca de 50% da categoria adere ao movimento. Ficam paradas as áreas de distribuição, autuação e publicação de todos os tribunais e alguns cartórios, bem como algumas turmas dos tribunais superiores, varas federais e varas trabalhistas.

Quarta-feira, 26/04: CONTATOS NO CONGRESSO – Coordenadores do Sindjus e da Fenajufe participam de reuniões com o presidente da Comissão de Finanças, deputado Moreira Franco (PMDB-RJ) e o relator do PL,

Quinta-feira, 27/04: NOVOS PIQUETES E ADESÃO MAIS FORTE – Os servidores intensificam os piquetes e a adesão à greve passa a ser ainda mais forte nos locais de trabalho.

Quinta-feira, 27/04: DISPOSIÇÃO DE NEGOCIAR – O diretor-geral do STF afirma que durante reunião, o ministro do Planejamento reafirmou a intenção do Poder Executivo de manter uma boa relação com o Judiciário e disse que o ministério estaria disponibilizando uma equipe técnica para, em conjunto com representantes do STF, equacionar as questões apresentadas até então e avançar nas negociações de maneira rápida e segura.

Quinta-feira, 27/04: ASSEMBLÉIA DECIDE NOVA PARALISAÇÃO – Perto das 18h, a categoria decide: quarta-feira (03/05) tem greve até que o projeto seja aprovado pela comissão de Finanças. Os servidores resolvem parar outra vez as atividades e se dirigir à comissão para acompanhar a votação do projeto.

Quarta-feira, 03/05: GREVE POR TEMPO INDETERMINADO – A Comissão de Finanças não inclui o projeto de PCS na pauta da reunião deste dia e a categoria decide, em assembleia, o que havia sido acertado anteriormente: pára por tempo indeterminado até a aprovação do PL. No momento, apesar da promessa do presidente da CFT de que o projeto vai ser apreciado na próxima reunião, a categoria avalia que a greve é fundamental, já que não existe garantia dessa aprovação.

Quarta-feira, 03/05: APOIO DA MINISTRA ELLEN – No mesmo dia em que a greve é deflagrada, a presidente do STF, ministra Ellen Gracie, vai ao Congresso e pede ao presidente da Câmara pressa na tramitação do projeto de PCS. A ministra destaca para representantes dos servidores que desde a semana anterior têm sido mantidas negociações do tribunal com representantes do Legislativo e do Executivo.

Quinta-feira, 04/05: ATO PÚBLICO NO MINISTÉRIO DA FAZENDA – Os grevistas se concentram em frente ao Ministério da Fazenda em ato público, para cobrar do governo que “respeite os servidores do Judiciário”. De lá, saem em passeata até a sede do STF. Durante todo o dia são realizados piquetes nos locais de trabalho, com destaque para a paralisação da área judiciária do Supremo, comandada por um grupo de servidores.

Quinta-feira, 04/05: STJ RECONHECE IMPORTÂNCIA DA GREVE – Com a ajuda de combativos servidores o diretor Berilo Leão comanda a maior greve já realizada no STJ. Tanto é assim que o tribunal manda publicar, em sua página da internet, nota onde destaca a importância da greve e enfatiza que o movimento afeta a rotina do tribunal e do Conselho da Justiça Federal.

Sexta-feira, 05/05: MANIFESTAÇÕES EM VÁRIOS LOCAIS –

dias e atinge todos os órgãos, desde cartórios e fóruns até os tribunais superiores. O movimento é intensificado e a categoria promete radicalizar ainda mais a partir da assembléia desta data. Cerca de 60% dos servidores mantêm suas atividades paradas.

Quinta-feira, 11/05: JÁ SÃO 70% OS SERVIDORES PARADOS NO DF – No dia seguinte, a paralisação pela aprovação do PCS cresce ainda mais. Em todo o Brasil, os servidores se mobilizam para chamar a atenção da sociedade e do governo. A CUT divulga nota oficial de apoio à greve e, no DF, um grande ato público é realizado neste dia, em frente ao STF, quando a categoria cobra da ministra Ellen Gracie avanços nas negociações com o Executivo. O sindicato propõe que a passeata prossiga até o Palácio do Planalto. Estimativas do comando de greve dão conta de que, no DF, cerca de 70% da categoria estão parados. No TST a indignação é sentida pela força do movimento.

Segunda-feira, 15/05: MANIFESTAÇÃO NO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO – A terceira semana da greve começa com manifestação no Ministério do Planejamento. Os servidores completam, nesta data, 13 dias de paralisação pelo PCS e movimentam a sede do ministério com passeata ao redor do prédio e realização de apitago.



A paralisação se destaca com manifestações em três locais distintos. Em frente ao STJ, os piquetes são realizados pelos servidores do STF, TRF e JF. Já os servidores dos fóruns, VEC/CEPEMA, arquivo, gráfica, juizados especiais e Vara da Infância, se concentram em frente ao TJDF. E os que trabalham nas Varas Trabalhistas, no TRT, TSE e STM, se posicionam em frente ao TST. Em todos os três locais as mobilizações são significativas.

Segunda-feira, 08/05: CONTINUAM OS PIQUETES – A adesão à greve aumenta a cada dia e se intensificam os piquetes em todos os locais de trabalho. Os servidores de todos os fóruns fazem grande encontro no Bloco B do TJDF e conseguem convencer vários colegas de que a greve é necessária para garantir a aprovação do PCS. A manifestação realizada neste dia, em frente ao TRE, chama a atenção da mídia e é reproduzida em fotos nos jornais de circulação nacional.

Terça-feira, 09/05: CATEGORIA FAZ ATO NA CÂMARA – Os servidores fazem um grande ato na Câmara, onde se dividem em grupos para pedir o apoio de todos os membros da CFT.

Quarta-feira, 10/05: CFT NÃO VOTA PROJETO – O acordo não é fechado. A votação do PL 5845/05 é adiada e deixa insatisfeitos e irritados mais de mil servidores de todos os órgãos do Judiciário do DF e de outros estados que acompanham o pleito. Para que o projeto possa ser apreciado na sessão da semana seguinte o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, pede aos parlamentares que requeiram vista conjunta.

Quarta-feira, 10/05: A GREVE CONTINUA – A greve completa sete

Terça-feira, 16/05: DIA ESTRATÉGICO

PARA A CATEGORIA – A terça-feira é vista como “Dia D” para a mobilização, já que se trata da véspera da próxima reunião da comissão de Finanças. Um grande arrastão é organizado pela diretora do Sindjus Eliane Alves e percorre a JF, TRF, STM e TSE.

Quarta-feira, 17/05: COMISSÃO APROVA PL DO PCS – O PL 5845/05 é aprovado na comissão por unanimidade e os servidores decidem, em assembléia, retornar ao trabalho. Mas mantêm o estado de greve até o próximo dia 30, quando avaliam – em nova assembléia – os próximos rumos do movimento.

Terça-feira, 30/05: PARALISAÇÃO É RETOMADA – Os servidores decidem, em assembléia, retomar a greve com força total. No mesmo dia, o presidente da CCJ, deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF), anuncia a inclusão do PL 5845/05 na pauta da sessão da comissão para o dia 04/06.

Quarta-feira, 31/05: FALTA DE ACORDO – O motivo do retorno à paralisação é que a categoria deu um prazo para o encerramento das negociações sobre o projeto entre Judiciário, Governo e Legislativo, solicitado pelos presidentes dos tribunais. Mas o prazo, até esta data, não tinha sido cumprido.

Quarta-feira, 31/05: DIVULGADA CARTA ABERTA AOS PRESIDENTES DO STF, STJ E TST – No documento, a categoria cobra dos presi-

dentes a conclusão das negociações com o governo.

Sexta-feira, 02/06: ATO PÚBLICO EM FRENTE AO STF – Os servidores pedem à ministra Ellen Gracie agilidade nas negociações.

Segunda-feira, 05/06: ATO PÚBLICO EM FRENTE AO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO – A categoria pede ao ministro Paulo Bernardo a liberação dos recursos necessários para que o plano possa ser rapidamente aprovado e implementado ainda neste semestre.

Segunda-feira, 05/06: CATEGORIA SE ORGANIZA PARA ACOMPANHAR PCS - Os servidores mostram engajamento cada vez maior e se organizam para acompanhar, em peso, votação do PCS, programada para o dia seguinte.

Terça-feira, 06/06: SESSÃO É SUSPensa – Neste dia, integrantes do MLST invadem o Congresso e todas as sessões são suspensas.

Quarta-feira, 08/06: VOTAÇÃO ADIADA – A sessão é suspensa para votações no plenário da Câmara e a votação do PCS é adiada para a próxima semana. Neste mesmo dia, o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, é chamado ao Ministério do Planejamento para conversar sobre o PCS.

Segunda-feira, 19/06: NEGOCIAÇÕES EMPERRADAS - O motivo da decisão dos servidores é o fato das negociações com o governo quanto à parte orçamentária para implementação do PCS estarem emperradas. O Ministério do Planejamento tinha prometido apresentar uma nova proposta até esta data, o que não acontece.

Terça-feira, 20/06: NOVO CALENDÁRIO DE GREVE – Os servidores decidem, na assembléia, novo calendário de mobilização para a semana, incluindo piquetes em frente aos locais de trabalho e ato público no dia 21. Como parte do trabalho de divulgação, o Sindjus passa a veicular, nas emissoras de televisão, VT chamando a categoria, além de providenciar a infra-estrutura necessária para o sucesso do ato.

Terça-feira, 20/06: CARTAS AOS MAGISTRADOS – No mesmo dia, a categoria se reúne em comissões em todos os locais de trabalho para entregar uma carta a cada magistrado pedindo apoio ao movimento. Os servidores pedem aos magistrados que subscrevam um abaixo-assinado onde, além de se manifestarem favoráveis ao PCS, também cobram ao Ministério do Planejamento a conclusão das negociações.

Terça-feira, 20/06: E-MAILS PARA MINISTRO – Além disso,



Quarta-feira, 08/06: NOVA ASSEMBLÉIA – Em nova assembléia, os servidores aprovam a continuidade da greve e decidem intensificar o movimento. A categoria programa para o dia seguinte um café da manhã coletivo em frente ao STJ.

Quinta-feira, 09/06: GOVERNO PROPÕE CORTES AO PCS - O governo propõe cortar em mais de 50% o montante total necessário à implementação do PCS. A categoria rejeita a proposta e deixa claro que não aceitará cortes.

Terça-feira, 13/06: PCS É APROVADO NA CCJ – O projeto é aprovado na CCJ sem alterações, como resultado do trabalho realizado pelo Sindjus, de contatos com parlamentares e com o presidente da comissão, deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF), no sentido de conseguir apoio ao PL e tramitação rápida. Os servidores, que foram à Câmara acompanhar a sessão, passam a aguardar nova proposta do acordo com o Governo.

Segunda-feira, 19/06: SERVIDORES DECIDEM PELA CONTINUIDADE DA GREVE - Durante assembléia, a categoria decide continuar a greve e intensificar o movimento com força total pela aprovação do projeto de PCS. “Esta é a reta final da luta, motivo pelo qual precisamos nos manter unidos, mostrando toda nossa força e energia nos próximos dias”, afirma o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo.

cada servidor fica encarregado de enviar dez e-mails ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, solicitando a solução imediata do impasse que envolve as negociações. O Sindjus disponibiliza, em seu site na internet, modelo de carta a ser encaminhada ao ministro.

Terça-feira, 20/06: PRESSÃO TAMBÉM JUNTO AOS DEPUTADOS - Outra frente de pressão é feita junto aos 513 deputados federais. O Sindjus publica, carta onde exige destes parlamentares que respeitem a decisão das três comissões da Câmara que já aprovaram o PL 5845/05 e se recusem a assinar requerimento para apresentação de recurso ao projeto, caso venha a ser apresentado por parte do governo. Os servidores também encaminham e-mails para estes deputados.

Terça-feira, 20/06: SINDICATO COBRA DOS PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS – Nesse mesmo dia, representantes do Sindjus se reúnem com o diretor-geral do STF e com o presidente do TST para discutir o andamento das negociações. Durante os encontros, lembram do compromisso assumido pelo Judiciário no sentido de lutar pela aprovação do PCS e pela implementação do projeto ainda este ano.

Quarta-feira, 21/06: SERVIDORES MOVIMENTAM ESPLANADA EM ATO PÚBLICO – É realizado ato público em frente ao Ministério do Planejamento e de lá, os servidores saem em passeata até a sede do STF. A manifestação é considerada uma das mais importantes já observadas desde o início da greve pelo PCS, tendo contribuído para chamar a atenção de vários membros do primeiro, segundo e

terceiro escalões do Executivo, Legislativo e Judiciário.

Quarta-feira, 21/06: ACOMPANHAMENTO DE REUNIÃO

- Em frente à área de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, a passeata faz uma parada estratégica. No local está sendo realizada, no mesmo momento, reunião entre representantes do governo e do Sindjus/Fenajufe sobre o PCS.

Quarta-feira, 21/06: MOMENTO IMPORTANTE NO STF – Em frente à sede do STF, os servidores realizam nova manifestação importante. Naquela tarde, acontece a cerimônia de posse da nova ministra do tribunal e várias autoridades de todos os Poderes que se concentram no local, observam de perto a reivindicação da categoria.

Quarta-feira, 21/06: ANDAMENTO DAS NEGOCIAÇÕES

- Apesar de não terem sido concluídas, as negociações avançam na linha de aproximação do projeto de PCS ao modelo desejado pela categoria. O Sindjus é informado que o governo não vai mais cortar os recursos para o projeto em cerca de 50% do total, como pretendia anteriormente, mas ainda apresenta resistências em relação à proposta de parcelamento da forma como pleiteiam os servidores.

acordo com o governo. A ministra encaminha ao Congresso uma emenda ao PL 5845/05, com o resultado das negociações.

Segunda-feira, 26/06: PCS É NEGOCIADO SEM CORTES - O acordo prevê a implementação do PCS sem cortes, como pleiteava a categoria. Propõe que seja integralizado 30% do plano este ano, sendo 15% em junho e 15% em dezembro, mais duas parcelas de 15% em julho e dezembro de 2007, e duas de 20%, em julho e dezembro de 2008.

Segunda-feira, 26/06: ASSEMBLÉIA DECIDE PELO FIM DA GREVE, MAS MANTÉM ESTADO DE MOBILIZAÇÃO – Concluído o acordo com o governo, os servidores decidem, durante assembleia realizada neste dia, retornar ao trabalho, mas continuar em estado de mobilização para aprovar o PCS. Além disso, se preparam para comparecer ao Congresso e acompanhar de perto as últimas votações do projeto, assim que for definida uma data. A decisão é consequência da avaliação de que o movimento foi bem sucedido.

Quinta-feira, 29/06: RECURSO É APRESENTADO À CÂMARA - A liderança do governo na Câmara dos Deputados apresenta à mesa diretora da Casa o recurso nº 299/06 sobre o



Quinta-feira, 22/06: PROPOSTA PRÓXIMA DE DEFINIÇÃO - O STF informa, em nota, que as negociações estão em fase final.

Sexta-feira, 23/06: PIQUETES CONTINUAM – A categoria dá continuidade aos piquetes nos locais de trabalho. “É importante continuarmos dando nossa goleada no governo. Vamos mostrar que a luta pelo PCS continua e estará firme até o fim”, afirmou Roberto Policarpo, numa comparação bem humorada com a Copa do Mundo.

Segunda-feira, 26/06: ACORDO É FORMALIZADO – No início da manhã, a presidente do STF, ministra Ellen Gracie, formaliza o

PL 5845/05. A medida é necessária para que o projeto, com as modificações instituídas pelo acordo entre o Judiciário e o Executivo, possa ser apreciado no plenário da Câmara, antes de seguir para o Senado Federal.

Mês de Julho: CARAVANAS– Estão sendo organizadas caravanas dos servidores em todos os estados para viajar até Brasília nos dias 1 e 2 de agosto. O objetivo é pressionar os deputados a votar o PCS durante o esforço concentrado a ser feito pelos parlamentares no período.

PCS DO MPU AGUARDA DESTRANCAMENTO DA PAUTA DA CÂMARA

O PL 6469/05 – referente ao PCS do MPU - também está próximo da sua aprovação definitiva e necessita de iguais esforços para a conquista da última vitória. O PL tramita atualmente na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, mas pode ser encaminhado ao plenário da Casa, conforme haja o destrancamento da pauta. O relator do PL na CCJ é o deputado Fleury Filho (PTB-SP).

O Sindjus trabalha para que o PCS do MPU seja votado durante o esforço concentrado a ser realizado pelo Congresso nas primeiras semanas dos meses de agosto e de setembro.

No último dia 20, Fenajufe e Sindjus encaminharam ofício ao presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), solicitando que seja agendada reunião com as duas entidades. O objetivo é discutir o destrancamento da pauta do plenário da Casa e a aprovação imediata dos dois projetos.

Os servidores do MPU também estão se organizando nas caravanas que virão até Brasília, em agosto, para a mobilização que está sendo organizada - pela aprovação dos dois PCSs.

Palmas, nunca mais

Campanha nacional luta pela proibição do uso de qualquer força física como forma de punição de crianças e adolescentes no Brasil

Bianca Chiavicatti

Evitar o uso de qualquer forma de punição física, mesmo uma palmada leve, na educação de crianças e adolescentes no Brasil é o objetivo da campanha nacional permanente "Palmada Já Era", liderada em Brasília pela Vara da Infância e Juventude do DF. Lançada pelo Laboratório de Estudos da Criança (Lacri) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), em 1994, a campanha é uma das atividades realizadas durante o Telecurso de Especialização na Área de Violência Doméstica contra Crianças e

Adolescentes, cujo principal objetivo é obter a aprovação do Projeto de Lei 2654/2003.

Na Vara da Infância e Juventude, a campanha foi emplacada por intermédio dos servidores Reginaldo Torres Alves Júnior e Denise de Oliveira Alfaiate, ambos analistas judiciários da Seção de Estudos Técnicos, área responsável pela avaliação dos casos que envolvem situações de risco com crianças e adolescentes. No dia 26 de maio, o órgão realizou um debate sobre o tema para um público selecionado, onde estavam conselheiros tutelares, representantes das secretarias de saúde, de ação social e de educação, creches e alguns pais.

Atividade semelhante foi realizada em todo o país, pelas 150 equipes formadas pelo curso do Lacri, com o intuito de colocar o assunto em discussão na sociedade e mostrar os benefícios de uma educação sem violência. "Nossa intenção não é simplesmente punir os pais que utilizam a palmada moderada em seus filhos, mas mostrar que é possível impor limites de outra forma e que a palmada é apenas um grau diferenciado de espancamento", diz Reginaldo. "Tememos que a palmada de hoje vire uma violência maior amanhã. Porque se não estabelecemos desde o início uma forma pacífica de impor regras e limites, a tendência é que a violência aumente com a idade da criança", acrescenta

Denise.

Assunto polêmico

O PL 2654/2003 dispõe sobre a alteração da Lei 8069/90 - o Estatuto da Criança e do Adolescente -, e da Lei 10.406/02 - o novo Código Civil -, estabelecendo o direito da criança e do adolescente de não serem submetidos a qualquer forma de punição corporal, mediante a adoção de castigos moderados ou imoderados, sob a alegação de quaisquer propósitos, mesmo que pedagógicos.

O projeto foi aprovado por unanimidade nas comissões de Educação e Cultura, Seguridade Social e Família e Constituição e Justiça e Cidadania, mas foi impedido de ir à votação no Senado Federal por causa de dois recursos apresentados pelos deputados Jair Bolsonaro (PP/RJ) e Neucimar Fraga (PL/ES), este com a participação de outros 85 deputados.

O deputado Jair Bolsonaro é um defensor do uso da palmada como recurso pedagógico. "A palmada é importante. Somos contra o abuso e para isso já existe uma lei. Se não pudermos educar nossos filhos, teremos adultos desajustados no futuro", defende.

A opinião dos deputados reflete o pensamento de grande parte da população, cuja maioria foi educada com o uso da palmada e aprendeu a vê-la como algo natural. Pesquisa realizada

Especialistas afirmam que educam melhor os pais que usam bem as palavras e atos, acompanhados de "olho no olho" e silêncio grávido de sentido e que sabem e têm coragem de escutar.



com 894 crianças de diversas classes sociais, pelas psicólogas Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira, autoras do livro "Mania de Bater", aponta que mais de 50% dos entrevistados revelaram ter apanhado em casa. Nas famílias mais pobres, o índice de crianças que apanham é de 75%. O estudo conclui que a palmada é a tática de punição preferida das mães.

Autor de uma tese sobre punição corporal doméstica de

crianças, defendida na Universidade de São Paulo (USP), o psicólogo Cristiano da Silveira Longo afirma que em 99% dos lares brasileiros, as crianças já levaram pelo menos uma palmada na vida. Para ele, a palmada é um ato incoerente e sua função pedagógica é questionável, podendo gerar uma série de efeitos negativos para o futuro adulto.

Baixa auto-estima, agressividade, medo, insegurança e sensação de impotência são algu-

mas das características citadas pelo psicólogo. "Toda palmada é um ato violento e a pouca força que os pais acreditam aplicar num tapa nem sempre é a mesma percebida pela criança", declarou em reportagem da revista Crescer. As seqüelas, segundo ele, podem ou não aparecer em consequência de aspectos como o equilíbrio do ambiente familiar, a frequência com que a criança apanha e sua personalidade.

Em sua tese, Longo lista os principais argumentos usados pelos pais para usar a palmada, como a necessidade de impor respeito com resultados imediatos, a crença de que a criança não tem maturidade de escutar e entender, a tentativa de evitar que ela se torne um adulto autoritário e desagradável e, ainda, por simplesmente se acharem no direito por serem os provedores da criança.

Especialistas afirmam que educam melhor os pais que usam bem as palavras e atos, acompanhados de "olho no olho" e silêncio grávido de sentido e que sabem e têm coragem de escutar.

Impor limites por meio de agressões pode ainda ter efeito contrário. A criança pode não entender a razão da palmada e apenas evitar repetir o ato na frente dos pais, e não por ter consciência do que está errado. E se a palmada for leve, pode ainda não encará-la como algo capaz de controlá-la, fazendo com que o pai perca a autoridade ou tenha que usar cada vez mais força em seu ato.

Mudança cultural

A polêmica gerada pelo projeto já era esperada pela deputada Maria do Rosário (PT/RS), autora da proposta, e todos que participaram de sua elaboração. "O principal obstáculo à nossa proposta é uma mudança da própria cultura de que métodos educativos podem se utilizar de agressões sobre o corpo das crianças", afirma. "Enfrentar isso

é mudar uma prática instituída na colonização brasileira e que faz parte da história mundial", acrescenta.

A deputada, que concluiu a especialização oferecida pelo Lacri em 2001, enfatiza que o objetivo da campanha e da mudança nas leis é lutar por uma nova visão sobre o menor, de que ele não é um adulto imperfeito e que precisa ser moldado inclusive com uso de força física, mas vê-lo como um sujeito de direitos em condição peculiar de desenvolvimento e que, por isso, necessita de proteção diferenciada. "Nunca quisemos que a matéria fosse aprovada sem um amplo debate porque o nosso interesse não é punir os pais, mas promover de fato uma mudança de costumes", explica.

Cientes de que é difícil para os pais saberem como impor limites sem o uso da palmada, na Vara da Infância e Juventude do DF, o interesse principal é mostrar aos pais e responsáveis outras maneiras de continuar educando seus filhos, discutindo o assunto abertamente e de forma permanente com a sociedade. "O PL 2654/2003 é a expressão de uma nova realidade e reflexão. Precisamos primar por uma cultura de não-violência", ressalta Reginaldo.

"Toda palmada é um ato violento e a pouca força que os pais acreditam aplicar num tapa nem sempre é a mesma percebida pela criança"





O código dos 20

TT Catalão

O terror do PCC é um “terror real” por não ter causas: desejam a desordem para assim transitarem no meio desagregado. A sociedade responde enquanto autoridades perplexas desencontram-se.

Não chega a 20 o núcleo do famigerado PCC que humilha e devasta a suposta política de “segurança pública” paulista e assim implanta o terror em seu sentido mais literal de pavor: passar a sensação de que “em qualquer lugar, a qualquer momento, sobre qualquer pessoa ou instituição” um atentado pode ocorrer.

Agora a mídia pode usar o termo “terror” com propriedade no seu vínculo com barbárie, insanidade sádica, psicopatia coletiva para acuar e criar impotência, pânico e desencontro. O abuso indiscriminado no uso da palavra “terror” sempre foi feito sem avaliar se é ação facinora ou alguma luta libertária que adotou práticas que respondam com violência à violência pela qual são submetidos. Mesmo discutível no modo de responder ao arbítrio, inúmeros casos de guerra revolucionária ou luta de libertação, por um tipo de causa, em muito difere do terror real dos que só querem o terror pelo terror em si. Repito: mesmo reprováveis todas as matanças por bandeiras, causas, credos e demais estratégias do poder totalitário.

O mais comovente documento de reação da sociedade paulistana

ocorreu no dia 22 de maio quando as ruas de São Paulo foram ocupadas, sem medo e com festa, na maratona de arte e cultura. Isto, apenas, a uma semana depois da primeira onda de ataques do PCC. Esta segunda onda de atentados revela que os “alvos militares” ficaram mais focados na questão penitenciária ao vitimar agentes do sistema carcerário. E a postura covarde da barbárie ampliou o arco da estupidez com ataques a bancos, caminhões de lixo, ônibus e até planos para desativar centrais hidrelétricas. Uma desestabilização sob confusa capa de “justiça” no realmente infame e corrupto complexo carcerário. Aliá, esta confusão pseudo-ideológica, acompanha a bandidagem em seus delírios “robin-hoodescos”. É comum achar traficantes do Comando Vermelho e Terceiro Comando, no Rio, com penduricalhos de ouro maciço com a imagem do Bin Laden. O livro do caco Barcelos, Abusado, com o traficante Marcinho PV, também revela esta confusa ilusão de que ao substituírem o Estado no assistencialismo barato e clientelista, o bandido se acredita “benfeitor da sociedade”.

Desta fase o próprio governa-

dor Lembo, em entrevista à Folha SP, domingo, dia 16 de julho, reconhece a distinção entre as duas ondas de ataques e declara: “É um ataque contra o Estado de Direito. Não é algo novo na América Latina. Tenho conversado com especialistas internacionais. Tivemos algo muito parecido, que ainda permanece, na Colômbia, no Peru. Há uma série de elementos. Um é a miséria endêmica. Há uma formação social muito deformada na América Latina. Isso tudo é um caldo cultural dramático. Toda a América Latina se encontra num risco muito grande. Os governos precisam pensar em integração social. A elite ou é muito americanófila, ou está, como sempre, com as costas voltadas para o Brasil e olhando a Europa. Nunca nos debruçamos sobre o Brasil. O que está acontecendo é uma repetição da Guerra de Canudos em plena cidade de São Paulo”. A outra infiltração engenhosa da rede criminosa, agora terrorista, é a tentativa de criar “bases parlamentares” como já fazem os bandidos da economia. A diferença tática é que o PCC não investe em eleição, mas na compra de caráter. Marcola já declarou mais de uma vez: “É mais fácil

comprar um deputado do que fazer um”. O mesmo ocorre no caso dos advogados-laranjas do grupo. Mesmo que o grupo não provoque terror para derrubar o Estado ele quer enfraquecer o Estado para dominar absolutamente suas áreas de poder, crime e influências, o que significa a queda do Estado se submetido a um poder corrosivo da autoridade e paralelo. Extremamente nocivo na concretização da idéia de que vantagem se leva na marra e democracia morre no grito e na bala.

O que acontece em SP, sim, é o terror no seu vínculo sanguíneo mais cúmplice da desestabilização absoluta. A fúria sem causa. O medo sem reivindicação. Sadismo pelo pânico, amordaçar, prazer em submeter, carnificina no seu grau patológico da dizimação. Orgasmo tético. São Paulo e o Brasil experimentam o estado do terror pleno em que a barbárie proclama: não há lei porque a legalidade não está legitimada pela justiça social; não há autoridade porque os autores reais das instituições – os cidadãos – foram excluídos do papel principal como sujeitos; não há nada porque somos nada e se do pó viemos ao pó reduziremos a todos e a tudo.



Assim podemos estabelecer um código contra os 20 facínoras que cresceram à sombra das omissões e afiaram suas garras, criaram raízes, estabeleceram matrizes da sua infâmia sobre nossas vidas. Nutridos pela escala de subornos, incompetências matizadas nas vaidades políticas e inoperância de máquinas públicas viciadas.

1 – Eles não existiriam se o caldo fértil do “isto não é comigo” fosse banido. Cada um está comprometido com o próximo. E a percepção do outro deve ser mobilizadora como base para a reação solidária;

2 – Eles não teriam articulação se os seus membros não contassem com uma rede podre com trânsito oficial cooptada e fachadas ditas “respeitáveis”;

3 – Eles não se atreveriam se soubessem das conseqüências reais nos seus negócios, Pouco se importam com ameaças físicas, pois não prezam a vida;

4 – Eles não seriam assim, tão eles, se fôssemos muito mais, nós;

5 – Eles não são a face, inédita, exclusiva do crime, mas uma das vertentes que proliferam toda vez que a impunidade é proclamada. As facções fragmentam e esgarçam – até o rompimento – o tecido social;

6 – Eles não querem nada por isso barbarizam tudo;

7 – Eles não são organizados por astúcia, mas pela extrema facilidade de suborno;

8 – Eles não são fortes em essência, mas por retro alimentação da lavagem operacional de fachada, mais forte ainda;

9 – Eles não cresceriam tanto se a máquina policial centrasse mais o foco em investigação sobre os cabeças e não só nos míseros figurantes;

10 – Eles não são ignorantes das contradições políticas, mas estúpidos e confusos na salada do seu “negócio” criminoso como “libertação”, “revolta” ou “luta”;

11 – Eles não são merecedores de glamourizações intelectuais ou artísticas como anti-heróis da exclusão, pois não reconhecem nenhum traço humano em suas técnicas e táticas pragmáticas: só desejam e aspiram ao lucro com a loucura;

12 – Eles não possuem uma cara, mas possuem “residência fixa”, a cadeia, e seus contatos são perceptíveis e identificáveis: a cela e o celular, o tráfego e o tráfico;

Eles não se sentem ameaçados pela máquina subornada. Sabem

que o aparato policial tão brutal e “eficaz” com a esquerda – no passado, quando clandestina – com eles faz-se incapaz ou omissa para identificar suas redes hediondas. Nem menos antecipam suas tramas;

14 – Eles não são tão ágeis assim, apenas contam com a lerdeza das decisões de políticos atados aos seus pequenos interesses partidários e possuem (ou compram) informações que lhes dêem vantagem de ataque;

15 – Eles não prezam a própria vida, logo é bobagem o “argumento” da matança por vingança;

16 – Eles não possuem “laços solidários ou ideológicos” com o bando, portanto não funciona extermínio de comparsas, que não passam de peças baratas de reposição fácil. Fuzilamento de bandido só nivela quem deveria impor-se pela justiça. Sem falar nos inocentes que tombam pela proximidade ou pela simples aparência física e de classe comum nas periferias;

17 – Eles não admitem perspectivas, pois seguem a lógica mais perversa da sordidez extrativista: tirar o máximo, no mínimo de tempo, sem se importar com a quantidade de estragos contanto que o retorno total e o controle absoluto tenham se consumado. Não há compaixão ou clemência sobre a dor ou miséria do outro, pois a corporação do bando e as cifras do negócio são soberanas;

18 – Eles não estão nem aí para o papo, só entendem de atos. Regem como amebas repulsivas tais como os ególatras: só interessa “o quanto se ganha nisso ou o quanto é que eu perco nessa”. Algo bem comum no crime organizado das corporações poderosas, seja por espionagem ou por ação direta pelo controle de mercados e países;

19 – Eles não possuem sensibilidade cooperativa com tudo ou qualquer coisa que seja estranha ao universo hodierno dos seus negócios;

20 – Eles não são prudentes. Estão dispostos a se queimarem no próprio incêndio que provocaram tal a desvinculação com tudo o que entendemos como sociedade ou humanidade. É estado de terror real. A barbárie que por não ter nada, não admite nem a influência do tempo. Tomar tudo na marra, torrar rápido o botim e devastar, sem retorno, porque só lhes interessam o imediato da facção. Caso comum na matança de nativos pela invasão de colonizadores.

Portanto, nesse Código dos 20, em sua descontrolada fúria, resta louvar a população que não se intimida e anda quilômetros à pé para trabalhar. Tentam manter a coragem e a determinação para sinalizar que a intimidação atormenta muito mais os que preferem faturar eleitoreiramente a tragédia. As cenas co-moventes de solidariedade, mesmo na dor, do paulistano nestas duas ondas de ataques comprovam a maturidade de um povo que resiste em manter a dignidade, mesmo humilhados e ofendidos pela perda do direito pleno de ir e vir.

Exame da Ordem: eis a questão

Fabiola Gois

A falta de qualidade dos cursos de Direito em todo o país impõe aos recém-formados uma rotina desumana. Depois de passar cinco anos nas faculdades e universidades, muitos precisam passar por cursinhos especializados em ensino jurídico para conseguir passar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil. A aprovação é pré-requisito para

que o formando possa tirar a carteira de advogado. Cada vez menos os recém-formados passam no exame. No ano passado, a reprovação foi de 70%.

Sem falar no tempo a ser gasto com mais horas de estudo, o aspecto financeiro preocupa os estudantes. Muitos pagam até R\$ 1 mil de mensalidade e depois precisam pagar por mês até R\$ 400 para freqüentar as aulas. Quem lucra são as instituições que oferecem os cursos. Nada contra o ensino. Pelo contrário, quanto mais se estuda, mais se aprende. O problema é que os alunos já pagaram pelo ensino e mesmo assim não têm o retorno esperado.

O assunto é tão polêmico que gerou críticas até do presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), desembargador Lécio Resende. Em recente entrevista ao Correio Brasileiro, pela primeira e única vez ele criticou o exame. "Essa é uma exigência descabida. Restringe o direito de livre exercício da profissão, que o título universitário habilita", comentou.

Houve reação ao depoimento do magistrado. A presidente da OAB/DF, Estefânia Viveiros, julgou "desrespeitosas" as declarações. O vice-presidente da

Ordem e presidente da Comissão de Exame da Ordem da OAB/DF, Tompson Flores, explicou que leis federais dão à Ordem o direito de se posicionar em relação às questões nacionais e a legitimidade de elaborar as provas para credenciar bacharéis para advogar.

Para Tompson Flores, é cada vez maior o número de cursos de Direito no Brasil, o que preocupa os formadores e professores. "Em todo o país, temos 1 mil cursos. No DF, são 17. Nem todos têm qualidade desejável. Muitos não fornecem ensino de boa qualidade", criticou o advogado, também integrante da Comissão Nacional de Ensino Jurídico da OAB nacional e professor de Direito. Há 10 anos, apenas três instituições formavam bacharéis de Direito no DF: a Universidade de Brasília, o então Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB) e o Instituto de Ciências Sociais (AEUDF).

Tompson Flores jura que as provas não ficaram mais difíceis. "O nível é o mesmo. O problema é que cada vez mais bacharéis saem despreparados para atuar como advogados", afirmou.

A OAB/DF reprovou 70% dos 2.059 bacharéis inscritos no último exame da entidade, realizado no ano passado. Apenas 560 candidatos foram aprovados nas duas fases da

prova, uma de conhecimentos gerais e outra prática. Por ano, a Ordem promove três exames. O índice do ano passado foi um dos piores da história. Em média, a reprovação no exame fica entre 40% e 50%.

Preocupado com a alta taxa de reprovação, o estudante Alberto Lima já se prepara para ter de enfrentar cursinho tão logo termine o curso no final deste ano. Ele reclamou que fez as disciplinas básicas ainda no terceiro e quarto semestres, como Direito Constitucional e Administrativo, e viu muito pouco desses assuntos no decorrer dos últimos três anos. Ao concluir Direito, não conseguirá lembrar de todo o conteúdo. "Terei de estudar tudo novamente. O problema é que o ônus da incompetência vai para o aluno, que não conseguiu passar na prova", criticou.

Alberto Lima considera importante o Exame da Ordem para peneirar os profissionais, mas não concorda com a análise pura e simplesmente da aprovação nas provas. "O advogado é indispensável à administração da Justiça", comentou.

O estudante defende uma atuação mais efetiva da OAB na cobrança para uma maior fiscalização a essas faculdades. "O problema tem que ser combatido na origem. É só impedir a abertura de instituições sem estrutura, porque é muito barato abrir um curso de Direito, ao contrário daqueles que precisam de laboratório", opinou.

CURSINHOS

Os cursinhos que preparam bacharéis de Direito para as provas de Exame da Ordem são taxados de mercenários por conta da exploração das atividades. Mas, na avaliação de Tompson Flores, isso é um assunto que não compete à OAB. Para ele, trata-se de uma opção de mercado, que pode vir a colaborar com a formação dos profissionais. "Não cabe à OAB fiscalizar essas atividades, mas sim ao Ministério da Educação", disse.

O diretor do Instituto Processus e também da Faculdade Processus, Jaci Fernandes, trabalha há anos formando profissionais na área de Direito. Defensor do Exame da Ordem, ele critica ou-

tras instituições que se preocupam apenas em ganhar dinheiro com a exploração da atividade. "Um curso de Direito não pode ser visto apenas como comércio. É preciso ter compromisso com o ensino", afirmou.

Foi no Processus onde estudou o policial militar Cláudio (nome fictício) tão logo terminou a faculdade, em 2001. Ele não se sentia preparado o suficiente para passar na prova prática da Ordem e optou por estudar durante três meses. "É importante para dar segurança. Esses cursos são bem voltados ao exame e é uma oportunidade para que possamos tirar dúvidas que tivemos enquanto estudávamos", avaliou.

Cláudio passou no teste no mesmo ano. Para ele, no entanto, o exame é desnecessário. "Se o profissional for bom, souber atuar como advogado, naturalmente ele está apto para a profissão", avaliou.

O professor de Direito Penal do Uniceub, o advogado criminalista Raul Livino, defende o Exame da Ordem, mas tem opiniões diferentes ao comentar a importância da manutenção das

provas. "Penso mais no cidadão que vai receber os serviços desses profissionais. É por ele que eu defendo o exame", opinou.

Raul Livino citou que o centro universitário ficou em segundo lugar no ranking de maior aprovação no último exame da OAB/DF. Ele acredita que o estado falha na hora de fiscalizar a capacidade técnica das faculdades de ensino. "Presume-se que todas têm qualidade, mas sabemos que isso não é verdade. O consumidor não pode ficar à mercê dessa situação. O exame da Ordem é um complemento e dá segurança ao cliente", destacou.

O vice-presidente da OAB/DF, Tompson Flores, contou que a tendência de outras categorias profissionais é fazer o mesmo que a Ordem. Ele lembrou que o Conselho Federal de Medicina (CRM) estuda a possibilidade de aplicar provas antes de um recém-formado conseguir a carteira de médico. Projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional tratam do assunto. A intenção é evitar a atuação de maus profissionais no mercado.

Resultados do ultimo Exame da Ordem realizado no DF

Faculdade	Inscritos	Presentes	Ausentes	Aprovados	Percentual	Reprovados	Precentual
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR UNIFICADO DE BRASÍLIA	97	92	5	12	13,04 %	80	86,96 %
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB	626	595	31	227	38,15 %	368	61,85 %
FACULDADES INTEGRADAS DA UPIS	45	45	0	19	42,22 %	26	57,78 %
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - AEUDF	171	163	8	55	33,74 %	108	66,26 %
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE BRASÍLIA - IESB	197	187	10	58	31,02 %	129	68,98 %
UNIEURO - CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO AMERICANA	183	177	6	30	16,95 %	147	83,05 %
UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	129	126	3	43	34,13 %	83	65,87 %
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	45	43	2	29	67,44 %	14	32,56 %
	2060	1981	79	585	29,53 %	1396	70,47 %

Motivos que levam à realização profissional

Realização profissional é um conceito muito subjetivo. São vários os motivos que podem levar um profissional a sentir-se plenamente satisfeito com as atividades que realiza diariamente. Sentir-se valorizado pelo que faz, ter segurança no emprego ou estar em um ambiente amigável são fatores que podem influenciar mais do que o cargo que se ocupa em uma

empresa ou instituição. É o que têm atestado estudos recentes sobre o que é mais valioso para um funcionário em seu trabalho.

Em 1996, uma pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino sobre o que era mais importante para aqueles que entram no mercado de trabalho apontou como principais aspectos gostar do que se faz, usar suas habilida-

des e capacidades, crescer e se desenvolver no campo pessoal, sentir que faz algo importante, receber bons benefícios, ser reconhecido pelo bom desempenho, trabalhar num local agradável, receber salário generoso e trabalhar em situações orientadas para a equipe.

Perguntamos aos servidores do Judiciário sobre sua realização profissional no trabalho que

exercem atualmente nos órgãos onde estão lotados. Algumas respostas apontam falta de desafios e rotina de trabalho repetitiva como principais obstáculos para se obter tal realização no serviço público. Não sentirem que suas habilidades e conhecimentos estão sendo bem aproveitados é outra reclamação freqüente. Veja abaixo algumas respostas.



Elody Salazar, Taquigrafa, Superior Tribunal de Justiça

"Faço o apanhamento das reuniões dos ministros dentro e fora do STJ e a degravação das fitas. Me formei em Estudos Sociais e já trabalhei na iniciativa privada, mas prefiro o serviço público por causa da estabilidade, do direito que temos a reivindicar por melhores condições de trabalho. Do que estudei, acho que aplico mais o português e algumas coisas de psicologia, direito e economia. Gosto muito do que faço."



José Henrique Soares, Analista Judiciário, Superior Tribunal de Justiça "Estudei Economia e hoje trabalho na área de informática, com administração de redes. Cuido do servidor que permite que todos os terminais funcionem. Quando estudei, queria ser um homem de negócios e informática era um hobby. Mas quando entrei no serviço público, fui fazendo cursos da área, tirei certificação e meu lazer terminou virando meu trabalho. Acordo bem disposto para trabalhar todos os dias porque gosto do que faço, mas penso em voltar pra iniciativa privada por causa do ritmo mais dinâmico, porque oferece mais desafios e porque o salário é melhor."



Viviane Cardoso de Oliveira, Técnica Judiciária, Tribunal de Justiça do Distrito Federal

"Quando estudei Pedagogia, queria dar aula em universidade. Hoje trabalho com a expedição de documentos, publicações e arquivo de processos. Estou satisfeita com meu trabalho, gosto do ambiente e das pessoas, mas ainda não é minha realização profissional. Sinto falta de desafios e variação, o serviço é muito mecânico. Sinto falta de algo que me estimule a pensar mais."



Edna Lúcia Nogueira, Técnica Judiciária, Tribunal de Justiça do Distrito Federal

"Trabalho na ouvidoria, faço atendimento ao público em geral sobre o funcionamento do TJDF, acolhendo sugestões, reclamações sobre a estrutura do Tribunal. Atendo público interno e externo. Me formei em Administração e trabalhava na área de contratos, nunca imaginei fazer o que faço hoje. Me surpreendi com essa nova função porque é um desafio trabalhar em contato com o público, gosto muito do lado didático da ouvidoria. Preciso explicar como os processos funcionam e esclarecer o usuário sobre qualquer questão, isso me dá vontade de melhorar e aprender mais, me deixa mais estimulada com o trabalho."



Felício de Sena Santiago, Analista Judiciário, Supremo Tribunal Federal

"Me formei em Administração e hoje trabalho na secretaria de documentação. Quando estudei, pensava em trabalhar na iniciativa privada, mas me especializei em Organização e Métodos numa época em que ainda não havia mercado em Brasília para isto. Trabalhei na auditoria, que é a área em que me especializei, mas desde que saí de lá, nunca mais fui aproveitado nisso. Isso me desestimula, me sinto desvalorizado enquanto profissional qualificado. Acho que o Tribunal não aproveita bem os profissionais que já têm algumas funções para exercer."



Mauro Augusto Formiga, Técnico Judiciário, 9ª Vara Criminal

"Trabalho com a publicação de pauta e a certificação dessa publicação. Preciso verificar a contagem de prazo e guardar processos. Estou estudando Direito e pretendo seguir a carreira jurídica. Não me sinto realizado no meu trabalho porque o vejo como algo temporário."



Ludmila Filardi Paim, Técnica Judiciária, 9ª Vara Civil

"Trabalho com a expedição de mandados, intimações. Estou estudando Direito e meu objetivo é trabalhar no Ministério Público. Gosto do meu ambiente de trabalho, mas acho que poderíamos ter melhor infra-estrutura."



Maria Clara Ferreira Lima, Técnica Judiciária, Superior Tribunal de Justiça

"Estou estudando Psicologia e hoje trabalho carimbando processos. Não gosto do que faço, acho o trabalho muito repetitivo. O ambiente é legal, as pessoas, mas a rotina não me agrada. Quando me formar, quero ser analista na minha área de formação. Prefiro o serviço público por causa da estabilidade e acho que é possível se realizar profissionalmente sendo funcionário público, desde que se atue na sua área de interesse."



Gabriel Penna, Técnico Judiciário, Supremo Tribunal Federal

"Estudo Computação e trabalho na área de informática, dando suporte ao usuário e ajudando a resolver os problemas que surgem no cotidiano. Não me sinto realizado com o que faço porque não consigo aplicar os conhecimentos que adquiro na faculdade em meu trabalho. Poderiam me aproveitar melhor, vejo que há profissionais terceirizados fazendo um trabalho que eu poderia executar. Acho que a realização profissional no serviço público é possível, mas depende do perfil da pessoa. No meu caso, que tenho espírito empreendedor e tenho iniciativa, acho que nunca me realizarei 100% no serviço público, porque a rotina é cansativa."



Cláudia de Almeida Andrade, Técnica Judiciária, Tribunal de Justiça do Distrito Federal

"Tenho formação em Direito e trabalho no cartório da 5ª Vara Criminal. A atividade é muito mecânica e não me sinto bem aproveitada, gostaria de realizar um trabalho que exigisse maior dedicação intelectual. Acho que o Tribunal não aproveita bem a minha capacidade profissional. Acho que são oferecidas poucas oportunidades de nos realizarmos plenamente, mas entendo que há uma carência de recursos humanos. Por exemplo, não podem me retirar de uma atividade e me colocar em outra porque não terá quem me substitua no que faço hoje. Se o quadro de pessoal fosse ampliado, talvez isso não acontecesse."



José Ribamar Beleza, Técnico Judiciário, Tribunal de Justiça do Distrito Federal

"Trabalho no 2º Juizado Especial, na coordenação de conciliadores. Tento conseguir a conciliação das partes nos casos em que a pena prevista não ultrapassa dois anos de reclusão. Gosto muito do que faço porque consigo aplicar o que estudei na faculdade de Direito ajudando pessoas que realmente precisam do meu trabalho. Minha área é muito dinâmica e no final do dia me sinto bem, sinto que fiz algo bom em benefício de alguém."



Fabíola dos Santos, Analista Jurídica, Justiça Federal do Distrito Federal

"Estudei Publicidade e Propaganda e hoje trabalho na área de controle interno e auditoria. Não me sinto realizada profissionalmente porque estou lotada numa área totalmente diferente da minha formação acadêmica, que exige maior conhecimento de exatas do que de humanas. Acho que minhas habilidades poderiam ser melhor exploradas. De qualquer maneira, acho que aplico meus conhecimentos na interpretação das leis e sua aplicação e na facilidade de escrever relatórios e emitir pareceres. Já trabalhei na iniciativa privada mas não pretendo voltar porque tenho mais qualidade de vida no serviço público."



Tatiana do Valle Rosa, Analista Judiciária, Vara da Infância e Juventude

"Sou assistente social. Recebo processos, leio, faço junta domiciliar e relatórios. Gosto muito do que faço pelo contato que tenho com as pessoas. Só não me sinto realizada quando não temos retorno de algum caso que acompanhamos. Quando estudei, pensava em trabalhar na Saúde, mas me decepcionei com as condições de trabalho."



Carlos Ângelo de Oliveira, Técnico Judiciário, 5ª Vara da Justiça Federal

"Faço todo o serviço de cartório, como receber petição, dar andamento processual, cuidar de publicações etc. Me sinto bem aproveitado e realizado com o que faço, mas acho que há muito trabalho para poucos funcionários, o que cansa e sobrecarrega. Se o trabalho fosse melhor dividido, estaríamos todos mais satisfeitos."

Brasil: novos e velhos paradigmas

Especialistas chamam a atenção, no país, para importância da sociedade rever antigos conceitos existenciais

Hylde Cavalcanti

Os acontecimentos que assustaram, no mês de maio e início de julho o estado de São Paulo, marcados por rebeliões em presídios, depredações de ônibus e atentados a policiais, bem como as várias cenas de violência observadas em junho e até mesmo os fatos considerados banais, presenciados por nós mesmos diariamente, têm levado os brasileiros a uma triste conclusão.

A sociedade, com comportamentos que à primeira vista parecem pequenos, contribui para o encadeamento de ações que levam à falta de impunidade, individualismo, desrespeito com o próximo e a inversão total de valores – éticos, morais, constitucionais, legais e até paternos.

Embora tais problemas sejam debatidos e questionados há décadas por filósofos, sociólogos, cientistas políticos e pesquisadores sociais (quem não lembra até hoje o anti-herói Macunaíma, de Mário de Andrade?), levaram os brasileiros a refletir com mais profundidade, nos últimos meses: Quantas vezes nós próprios, cidadãos que nos achamos politicamente corretos, não colaboramos com pequenos deslizes que acreditamos não incomodar ninguém, para uma sucessão de fatos que levaram ao prejuízo de outras pessoas?

Diante de tantas situações de corrupção entre políticos, banqueiros e empresários,

de institucionalização das facções criminosas organizadas nos presídios, passou a ser crescente a consciência de que os brasileiros comuns, aqueles que estão fora desse círculo - que pagam seus impostos em dia, teoricamente cumprem a lei, são bons pais, bons filhos, profissionais responsáveis, exercem vida civil e social dentro dos parâmetros da dignidade - não estão fazendo nada demais ao cometer determinadas transgressões.

Furar fila de banco, inventar doenças inexistentes para conseguir obter documentos de modo mais

rápido, estacionar o carro entre vagas... atire a primeira pedra quem nunca cometeu qualquer ato parecido. "Quantas vezes eu me passei por deficiente e fingi que estava mancando para que o guarda me deixasse ocupar a vaga para motoristas especiais em teatros e clubes?", contou a advogada brasileira e moradora do Distrito Federal Marlene A (por uma questão de respeito, a edição preservou o sobrenome dos entrevistados), fazendo uma mea culpa.

"ELE FOI ESPERTO"

Também no Rio de Janeiro, a jornalista carioca Alice R ficou estarrecida há poucos dias quando ouviu, por acaso, uma conversa do filho João, de 13 anos. Ele contou que um amigo teve um aparelho de som



roubado no clube. A jornalista indagou se o tal amigo não tinha procurado a diretoria para reclamar. Ouviu do filho que de nada adiantaria, pois se alguém fez mesmo isso, se tratou de alguém “esperto” e ele não criticaria “quem pode pegar um aparelho de última tecnologia dando sopa”.

Mas os exemplos não ficam só por aí. No final de 2005, em Recife (PE) o psicanalista Sérgio Escobar faleceu com um tiro na cabeça porque estava numa rua movimentada e viu que o carro posicionado à sua frente estava sendo assaltado. Assustado, ele começou a buzinar para chamar a atenção das outras pessoas, mas o que conseguiu foi irritar os ladrões. Em resumo: morreu porque quis ajudar. Nas conversas sobre o caso, muita gente que elogiou a sua atitude se perguntou se ele agiu de forma correta. “Eu mesmo já passei por um caso destes, mas nem pensei em fazer o que ele fez. Vi que o cara da frente estava sob a mira de ladrões, joguei meu carro no meio fio e dei a volta, para não morrer”, afirmou o funcionário público federal Euclides S.

Diante de um quadro de violência urbana tão forte, questionar a passividade ou não das pessoas é tema para outro debate. Não é isso o que está sendo discutido aqui e sim, o que nos choca - o fato de tudo isso ter acontecido na ponta de uma cadeia de atitudes infelizes provocados por alguém que fez uma pequena transgressão, minutos atrás. São questões como essa que precisam vir a ser repensadas e que estão sendo alvo de preocupação por parte de especialistas.

UM CAFEZINHO E A MORTE DE 152 PESSOAS

O caso mais típico e um dos mais recentes disso é o do sonoplasta Arthur Vinícius Silva, que trabalhava no Congresso Nacional. No dia 10 de maio, Arthur foi abordado por dois advogados da facção criminosa intitulada “Primeiro Comando da Capital” (PCC) que não conseguiram assistir à sessão fechada da CPI do Tráfico de Drogas. Perguntaram se poderia fazer uma cópia em CD do áudio da sessão. Arthur respondeu que sim.

Horas depois, o sonoplasta entregou o CD, cujo conteúdo, que deveria ser privativo do Senado, ele não tinha idéia do que se tratava, segundo contou. Recebeu em troca R\$ 200. “Disseram que era para eu tomar um cafezinho e que iriam falar depois com o pessoal com quem trabalhavam para que me mandassem mais dinheiro, para me ajudar pela gentileza. Não imaginei que minha atitude levaria a tudo isso”, afirmou dias depois.

A menção, no áudio, de um plano da polícia para transferir estes líderes para prisões de segurança máxima acarretou no estopim dos vários ataques a policiais e incêndios de ônibus. “Nunca vi algo nem de perto parecido com isso. Por conta do tal CD, o pessoal do PCC agora sabe tudo o que a polícia conseguiu descobrir até hoje sobre a organização”, disse em tom espantado o deputado Raul Jungman (PPS-PE),

O sonoplasta se disse “profundamente arrependido” e passou a contribuir com a CPI na acusação aos advogados. Convinco os parlamentares, que acabaram pedindo proteção policial para ele e sua família - por entenderem que, apesar de ter cometido um crime, se for preso

acabará morto por ter contado sobre a transação. Atualmente, vive recluso em casa, confuso e muito deprimido, conforme o depoimento de amigos. Arthur é mais um brasileiro, vítima ou réu dessa grande visão distorcida de comportamento da sociedade. Achou que não estava fazendo nada demais. Afinal, era apenas um CD. Afinal, foram só R\$ 200.

ACADÊMICOS PREGAM REEDUCAÇÃO A PARTIR DA BASE

“Nas décadas anteriores, se consolidou no país a fama de que o charme do brasileiro está na ginga, na malandragem. Muitas vezes traduzida por pequenas coisas que não agridem e que todos podem fazer. O problema é que com as transformações sociais, estas transgressões, antes tidas como engraçadas até, foram aumentando e criando uma cultura que leva à impunidade e à falta de solidariedade e respeito com o próximo, num mundo em que vale mais o paradigma de que se sai melhor quem leva mais vantagem”, analisou a socióloga Alexandra Alves, professora universitária e autora de vários artigos para revistas sobre comportamento e responsabilidade social.

Ela prega uma maior preocupação com a educação a partir da base, tanto em campanhas de longo alcance, como também na redefinição de parâmetros éticos. “É preciso rever tudo”, complementou. Outros acadêmicos fazem a mesma defesa, argumentando que é preciso resgatar valores e, até mesmo “reinventar o ser humano numa sociedade em crise”. “A pessoa precisa, desde criança, ser estimulada a se tocar pela presença do outro, ver o outro não como

meio, mas fim em si mesmo, para aprender a agir com mais responsabilidade”, enfatizou o professor Sérgio Augusto Sardi, da PUC do Rio Grande do Sul.

VOLUNTARIADO E RESPONSABILIDADE

No meio desse burburinho de discussões sobre como melhorar o país também se discute de forma crítica o papel do voluntariado, idéia que tem crescido no mundo inteiro nos últimos anos.

Neste ponto, ironicamente o Brasil tem se destacado: estimativas dão conta de que existem hoje, no país, cerca de 31 milhões de pessoas direta ou indiretamente envolvidas com programas sociais cuja realização demanda algum tipo de trabalho voluntário.

“Nesse contexto a solidariedade parece ganhar um número crescente de adeptos, numa época em que o ser humano parece estar se transformando numa ilha de consumo, insensível às necessidades do outro e aos apelos dos mais pobres”, analisou o especialista no tema Emili Gennari em artigo publicado no jornal Gazeta Mercantil.

“a solidariedade parece ganhar um número crescente de adeptos, numa época em que o ser humano parece estar se transformando numa ilha de consumo, insensível às necessidades do outro e aos apelos dos mais pobres”

A pátria, as chuteiras e os valores

A Copa do Mundo é mais que um campeonato. Para os brasileiros, representa a vitória do povo sobre a elite e a hegemonia de seu país sobre os outros.

Bianca Chiavicatti

São quase 16h de sábado. Em milhares de casas, brasileiros de todos os estados reúnem-se em frente à televisão. Alguns estão acordados desde cedo, preparando-se para o grande momento. Outros já comemoram desde o dia anterior – a vitória parece certa, afinal o Brasil é a nação que reúne o maior número de craques. Há duas semanas, o mundo parece ter parado. Homens e crianças

estão concentradas em apenas uma coisa: o futebol.

Reunidos em torno da TV, em casa ou na rua, amigos, familiares e desconhecidos cumprimentam-se e sentam-se juntos. Estão imbuídos do mesmo sentimento. As diferenças de gênero, raça e classe social desaparecem por alguns instantes. Todos sofrem à espera do grito de gol. Durante os 45 minutos daquela partida, todos são brasileiros e nada mais. Aos 47 minutos, a partida é encerrada e as lágrimas

de alguns torcedores correm no rosto. Brasil e França, 0x1. O sonho de vitória fica distante mais uma vez, o sentimento mágico que a Copa provoca chega ao fim. Mas dentro de quatro anos, uma certeza: todos estarão novamente cheios de esperança, vestidos de verde e amarelo, torcendo pelo país.

Cinco vezes campeão, três vezes vice, o Brasil esteve entre os três primeiros colocados em praticamente todas as Copas, desde a criação do evento, na década de 30. É sem dúvida o país com o melhor desempenho mundial e com o maior número de jogadores de respeito e reconhecimento internacional. O número de vitórias conquistadas é um estímulo fundamental para tornar a Copa um evento tão importante para a população brasileira. Mas o significado que o futebol tem em solo nacional vai além dos resultados de um campeonato ou a qualidade técnica dos jogadores. “O Brasil não pode ser pensado e entendido sem passar pelo futebol. É o único movimento de massa que consegue parar essa nação”, afirma o professor de sociologia do esporte das universidades Católica e Uniceub, Luis Otávio Telles Assunção.

Foi essa importância que levou o Sindjus a escolher a Copa como tema da Campanha de Sindicalização desse ano. Mais que um jogo, o futebol é um símbolo para os brasileiros e a Copa

sua principal representação. “A grande manifestação de união de nosso povo é o futebol, é um símbolo muito forte. No momento em que o brasileiro ouve o hino nacional ao início de uma partida, ele põe a mão no peito e canta realmente com desejo, com gosto, com vontade. Não é obrigatório ou oficial, é espontâneo, vem da cultura”, enfatiza Assunção.

Futebol e patriotismo

Para o professor de sociologia da Universidade de Brasília, Antônio Flávio Testa, a gama de sentimentos que o futebol da Copa do Mundo desperta no brasileiro tem uma vinculação muito próxima com o sentimento pelos símbolos e ídolos nacionais que a educação cívica tentava gerar nas crianças quando essa disciplina era oferecida nas escolas. “A emoção sentida pelas pessoas ao ouvirem o hino nacional durante uma partida de futebol é muito parecida com o sentimento de patriotismo e civismo”, explica. “Mesmo representando interesses econômicos de certos grupos, para o brasileiro, durante a Copa, a vitória da seleção representa a hegemonia do seu país sobre os outros”, acrescenta.

Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo, em sua tese “Futebol, Identidade e Cidadania no Brasil dos anos 30”, Fábio Franzini conta que este sentimento em relação



aos resultados da Copa já dominavam o país em 1938, oito anos após o lançamento do campeonato mundial. “Três meses antes do início da competição, a ser realizada na França, boa parte das expectativas e preocupações nacionais já diziam respeito ao desempenho daqueles que defenderiam o nome do Brasil no exterior”, descreve. O historiador diz que a partida da delegação para a Europa no cais Mauá “parecia a emocionante partida para uma guerra”. A relação entre guerra e o esporte, para ele, não deixa de estar correta, já que “ambos os casos envolvem luta e competição contra um inimigo comum, onde a pátria é colocada acima de tudo, tornando-se ocasiões de afirmação das diferenças de um povo frente a outros e promovendo a auto-identificação entre os habitantes de um mesmo país”.

Mobilidade social

Os significados de uma partida de futebol na Copa do Mundo para o país não param aí. Com tantos ídolos formados a partir de vitórias no futebol, desde Pelé até Ronaldinho Gaúcho, a imagem dos jogadores no Brasil também está vinculada a sentimentos profundos relacionados à auto-estima do povo e à reali-

dade em que se vive.

Um ídolo do futebol é mais que um atleta bem sucedido, para o brasileiro é a representação de sucesso, ascensão e mobilidade social. “Com tão poucas oportunidades de sucesso, o brasileiro se projeta em seus ídolos do futebol. Em uma sociedade extremamente desigual, em que a estrutura formal não dá possibilidade de ascensão social e as pessoas têm que construir suas alternativas informalmente, o futebol torna-se uma alternativa viável”, comenta Flávio Testa. “A maior parte de nossos grandes jogadores eram de origem muito pobre e conseguiram chegar ao estrelato. Pessoas que de outra forma nunca alcançariam o mesmo sucesso tornaram-se celebridades e referência a partir do futebol”, conclui.

A identificação da população com seus ídolos no futebol cria uma aproximação que transforma a vitória dos jogadores na vitória de todos os brasileiros. “Quando aplaudimos um jogador, o sucesso dele é o sucesso de todos nós, é o que gostaríamos de ter para nós e para nossos filhos”, ilustra o sociólogo.

O brasileiro se projeta em seus ídolos do futebol porque de fato consegue enxergar-se neles. No imaginário coleti-

vo, os jogadores são pessoas mais próximas de seu cotidiano, porque viveram as mesmas dificuldades econômicas, foram vítimas da mesma desigualdade social e conseguiram vencer, teoricamente, pelo simples fato de saberem dominar a bola. “Ainda não se bastando por si só, o futebol continua a ser uma forma de setores excluídos da nossa sociedade conquistarem o acesso a bens e a direitos que lhes são comumente vedados, dos quais o primeiro talvez seja o direito a se sentirem brasileiros”, observa Fábio Frazini, numa análise sobre a popularidade do futebol no Brasil nos anos 30.

Cidadania

Para o sociólogo Telles Assunção, o sentimento de unidade nacional despertado pelo futebol poderia ajudar o brasileiro a alcançar de fato sua cidadania, se a mesma cobrança por resultados feita aos jogadores e à seleção fosse transferida para os políticos que o país elege, por exemplo.

“A nação se afirma e se constrói pelo futebol. Temos o sentimento que somos todos brasileiros, somos mais que indivíduo, somos um grupo e isso é importantíssimo para a construção de um grupo social mais consolda-

do”, explica. “A política poderia alcançar o mesmo resultado se estivesse mais próxima da população. O jogador de futebol está exposto ao público e se for ruim, será cobrado por isso. Os políticos não estão dispostos a ter essa mesma transparência e proximidade com o povo. Não nos vemos em nossos políticos porque eles se mostram mais interessados em defender seus próprios interesses do que buscar o bem coletivo”, conclui.

Este ano, no dia seguinte ao jogo BrasilXFrança, a sensação dos brasileiros para com a seleção passou a ser semelhante à que é sentida em relação aos políticos. De decepção naqueles em quem se acreditava, confiava e esperava muito - bem mais do que a performance observada nos gramados dos estádios alemães.

“O Brasil se vê nos jogadores. A Copa é um momento em que o Brasil se constrói de uma forma mais unitária, numa identidade coletiva”, afirma Telles Assunção. “Pena que este sentimento fique restrito a esse espaço esportivo e não se transfira para outros âmbitos da vida”, analisa. Pena, também, que a expectativa do hexa tenha sido retardada por mais quatro anos.

Da elite para a favela

O futebol chegou ao Brasil no final do século IX, como um esporte para a elite. Entretanto, ao mesmo tempo que nos clubes, colégios e primeiros estádios, filhos da burguesia preparavam-se com manuais ingleses para praticar o esporte, em terrenos baldios e mesmo na rua, partidas eram jogadas de forma improvisada, dando espaço para a popularização espontânea dessa paixão.

Na segunda metade dos anos 10, o futebol já estava espalhado pelo país, com seus melhores jogadores oriundos de bairros modestos e origem pobre. Na década de 20, os clubes foram obrigados a retirar as barreiras econômicas, sociais e raciais impostas aos jogadores por uma questão de sobrevivência de seus times, pois apenas equipes competitivas atraíam público e geravam renda.

A perspectiva do grande negócio que o futebol poderia se transformar abriu espaço para a profissionalização do esporte, bandeira que passou a ser levantada pelos próprios jogadores, alguns organizando-se em entidades de classe e outros migrando para Europa e Uruguai. Com seu poder potencializado pelos meios de comunicação, principalmente o rádio, ao final da década de 30 o futebol já era visto como um fenômeno no Brasil, sendo considerado como o principal elemento de caracterização da identidade nacional.



Transparência, ampla, geral e irrestrita

Entidades lançam campanha nacional que busca servidores públicos mais valorizados e serviços administrativos de melhor qualidade e eficiência

Hylida Cavalcanti

Em tempos de desvalorização do servidor público de modo generalizado - em que são observados casos diversos de terceirização nos órgãos públicos e deputados lutando pela tramitação de emendas que propõem a efetivação de servidores em cargos comissionados - encontra-se nas ruas, desde maio, o Movimento Nacional em Defesa do Estado Brasileiro.

A campanha, encabeçada por representantes de 13 entidades sindicais que integram as carreiras do chamado Ciclo de Gestão e do Fisco Federal, já reu-

ne mais de 70 mil trabalhadores (segundo seus organizadores) e conta com a simpatia de boa parte da sociedade. Se propõe, entre os principais objetivos, a levar a uma maior valorização do serviço público "por um Brasil mais forte, justo e transparente", conforme apregoa um dos seus slogans. E, de acordo com os coordenadores do movimento, pode contribuir para ajudar os governantes a achar novos caminhos para resolver a questão do funcionalismo público no Brasil.

"Não estamos lutando só por salário, não adianta apenas isso. A sociedade brasileira tem uma imagem negativa do serviço e do servidor público", afirmou o presidente da União Nacional dos Analistas e Técnicos de Finanças e Controle (Unacon), Fernando Antunes - para quem tal imagem é resultado de uma desvalorização ocorrida ao longo dos últimos 15 anos no país. "Resolvemos dizer um basta. Temos que mudar essa visão da sociedade e isso passa, também, pela mudança da qualidade dos serviços que prestamos", completou ao destacar que a mobilização é "o início de uma nova época".

Por conta disso, o trabalho prega a reconstrução e o fortalecimento do Estado brasileiro,

a partir da organização estrutural das carreiras e da valorização do servidor concursado efetivo. E destaca que a atuação destas carreiras na defesa dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência e eficiência tem sido fundamental no Brasil.

Dentre as suas diretrizes está a drástica redução tanto do número de cargos de indicação político-partidária (ou DAS) ocupados por servidores que não sejam concursados, como também das vagas terceirizadas no governo. Além da luta para que o processo eleitoral e o concurso público passem a ser as únicas formas legítimas de inserção na máquina governamental.

O presidente da Unacon reconheceu que a melhoria do serviço público depende de vários fatores e que esse processo leva certo tempo para vir a ser consolidado. Mas deixou claro que algumas medidas, como o investimento em capacitação dos servidores, a implementação de melhores redes de informática e programas de treinamento diversos aliados a esta moralização podem contribuir, de forma significativa, para a melhoria da qualidade do serviço prestado.



Alcance nos estados e apoio dos deputados

Lançado no Congresso Nacional, junto aos parlamentares, o movimento está sendo levado também aos estados brasileiros, de forma a envolver a participação de servidores das esferas estaduais e municipais. A idéia é estimular a criação de comitês de cidadãos com a participação de universidades e empresários que possam avaliar a qualidade dos serviços públicos prestados pelo Estado - sejam entre hospitais, postos do INSS e da Re-

"Lutas da categoria como a da aprovação do PCS ou do pagamento dos quintos não se tratam apenas de reivindicações salariais, mas sim da criação de um ambiente melhor de trabalho para os servidores"

ceita Federal, escolas públicas e várias outras entidades.

O que corresponde, na verdade, a uma forma de atingir o principal beneficiado com tal trabalho de conscientização: o cidadão. "É o cidadão que paga os impostos, enfrenta filas do INSS e de hospitais", disse o presidente do Sindicato Nacional dos Servidores da Receita Federal, Sindreceita, Paulo Oliveira.

Em seu lançamento, a campanha também recebeu o apoio de parlamentares, como o líder de governo na Câmara, depu-

mas o servidor público continua. Precisamos todos unir forças e ficar alertas".

Sindicatos mais sensíveis às questões sociais

O Movimento Nacional em Defesa do Estado Brasileiro faz parte do retorno da visão que os movimentos sindicais devem ter e que, por vezes, aparenta ser distorcida perante a sociedade, quando as instituições parecem defender apenas interesses corporativistas, sem se colocarem ao lado da sociedade na busca por seus legítimos interesses.

Aponta um outro tipo de ação destas entidades, volta da para o cidadão e a população como um todo.

"Não se trata de defender que uma entidade vá apoiar a salvação das baleias africanas, mas de interesses sociais ligados à sua área de atuação", afirmou - em artigo veiculado recentemente - o presidente do Sindreceita, Paulo Oliveira.

De opinião semelhante, o coordenador-geral do Sindjus, Roberto Policarpo, destacou as atividades que a entidade procura realizar no seu cotidiano, tanto em campanhas de alcance junto a toda sociedade - caso do Prêmio Novas Idéias para o Judiciário - como também no trabalho para melhoria da qualidade dos serviços.

"Lutas da categoria como a da aprovação do PCS não se tratam apenas de reivindicações salariais, mas sim da criação de um ambiente melhor de trabalho para os servidores e, em consequência, do atendimento que estes prestam à população. Estamos atentos a estes problemas e conscientes do papel do Sindjus no sentido de melhorar a qualidade do Judiciário como um todo. Motivo pelo qual esse movimento é oportuno e chega em boa hora", frisou Policarpo.

tado Arlindo Chinaglia (PT-SP). Para Chinaglia, "ter, hoje, um serviço público de qualidade significa ter uma distribuição melhor de renda para toda a população".

O deputado Carlos Mota (PSB-MG), outro a elogiar o movimento, destacou que é preciso um "esforço conjunto para recuperar a administração pública eficiente". Enquanto o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) - também favorável à campanha - elogiou a iniciativa lembrando: "o governo passa,



Movimento Nacional em Defesa do Estado Brasileiro

Pontos principais:

O QUE PROPÕE DE UM MODO GERAL

Moralização e profissionalização do serviço público e sua importância para o desenvolvimento econômico, social e político brasileiro.

RESTRIÇÕES AOS SERVIDORES NÃO CONCURSADOS

Redução drástica dos cargos de indicação político-partidária e das vagas terceirizadas no governo

INSERÇÃO DOS SERVIDORES

O processo eleitoral e o concurso público passam a ser as únicas formas legítimas de inserção na máquina governamental

FIM DAS DISPARIDADES SALARIAIS

Eliminação das distorções hoje existentes entre as tabelas remuneratórias dos servidores da Alta Administração no Executivo, Legislativo e Judiciário.

ESTÍMULOS AOS SERVIDORES

Valorização do conceito de servidor público com, além de melhoria salarial, estímulo a cursos e treinamentos, melhoria dos sistemas de informática dos órgãos e programas de capacitação

FIM DOS DESMONTES

Luta contra o desmonte das carreiras - que têm levado a redução das competências funcionais e ao enxugamento desproporcional dos quadros

MAIS RECURSOS NO ORÇAMENTO

Luta contra a redução de recursos destinados às despesas com as carreiras de Estado no Orçamento da União, que prejudicam a eficiência da administração pública, o ambiente de negócios no país e a qualidade de vida do povo brasileiro.



É AGORA OU JÁ

AGOSTO É O MÊS DA DECISÃO FINAL:
TODOS MOBILIZADOS PELOS PCS DO JUDICIÁRIO E DO MPU.



SINDJUS-DF